

HABEAS CORPUS Nº 493.433 - SP (2019/0042734-5)

RELATOR : **MINISTRO FELIX FISCHER**
IMPETRANTE : GABRIELA FONSECA DE LIMA E OUTROS
ADVOGADOS : AHMAD LAKIS NETO - SP294971
DOUGLAS RODRIGUES DE OLIVEIRA - SP327671
GABRIELA FONSECA DE LIMA - SP0252422
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PACIENTE : ALCIDES MENDES DE CARVALHO (PRESO)

DECISÃO

Trata-se de **habeas corpus**, substitutivo de recurso especial, com pedido liminar, impetrado em favor de **ALCIDES MENDES DE CARVALHO**, em face de v. acórdão proferido pelo eg. **Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo**, no agravo de execução penal n. 0056432-59.2018.8.26.0050.

Depreende-se dos autos que o d. Juízo de 1º grau determinou a inclusão do paciente em Regime Disciplinar Diferenciado (RDD), pelo prazo de 360 (trezentos e sessenta) dias, sob o fundamento de que ele seria "*membro efetivo de uma grande e conhecida facção criminosa e exerce liderança negativa na Penitenciária "Dr. Paulo Luciano de Campos" (Penitenciária 1) da cidade de Avaré*" (fl. 30).

Irresignada, a Defesa interpôs agravo em execução, ao qual o eg. Tribunal de origem negou provimento, conforme v. acórdão a seguir ementado (fl. 30):

"Agravo em execução penal Inclusão de sentenciado em Regime Disciplinar Diferenciado (RDD) - Recurso defensivo - Conduta grave praticada pelo sentenciado apurada em procedimento disciplinar - Evidências claras de participação em facção criminosa - Inconstitucionalidade do Regime Disciplinar Diferenciado (RDD) - Inocorrência - Medida excepcional e temporária que tem por objetivo resguardar a ordem pública da ação de criminosos que, mesmo encarcerados, continuam comandando e integrando facções criminosas que atuam no interior do sistema prisional - Inteligência do art. 52, da LEP - Alegada extemporaneidade do pedido que não se verifica no caso concreto - Procedimento administrativo para apuração da falta que demanda tempo, que, no caso, não se

mostrou excessivo - Desnecessidade de homologação judicial da falta grave - Representação do diretor do presídio pela internação do sentenciado no regime disciplinar diferenciado que se mostra suficiente - Desnecessidade de oitiva judicial do sentenciado, posto que não se trata de regressão de regime e tendo em vista, ainda, que ele foi devidamente assistido por defesa técnica no procedimento administrativo - Duração do RDD que se mostra razoável diante da gravidade da conduta do sentenciado - Decisão mantida - Recurso improvido."

Daí o presente **writ**, no qual a Defesa reitera os argumentos lançados na origem, no sentido da inconstitucionalidade do RDD; extemporaneidade do pedido de inclusão no regime disciplinar diferenciado; não cabimento do RDD no caso concreto; ausência de comprovação da homologação judicial da falta grave; necessidade de prévia oitiva judicial do sentenciado para somente posteriormente ser incluído no RDD e a necessidade de redução do prazo de duração do RDD para 30 dias.

Requer, ao final, a concessão da ordem, inclusive liminarmente, *"a fim de cessar a r. decisão guerreada e excluir o paciente do regime disciplinar diferenciado"* (fl. 27).

Pedido liminar **indeferido** às fls. 155-157.

Informações prestadas às fls. 161-436, 438-467 e 514-516.

O Ministério Público Federal, às fls. 469-477, manifestou-se pela denegação da ordem, em parecer com a seguinte ementa:

"HABEAS CORPUS. EXECUÇÃO PENAL. PACIENTE SUBMETIDO A REGIME DISCIPLINAR DIFERENCIADO – RDD – PELO JUIZ DA VEC, QUE REPUTOU COMPROVADA A OCORRÊNCIA DE FALTA GRAVE CONSISTENTE NA SUBVERSÃO DA ORDEM E DA DISCIPLINA, NO INTERIOR DO ESTABELECIMENTO PRISIONAL. ALEGATIVAS DE INCONSTITUCIONALIDADE, EXTEMPORANEIDADE E DESPROPORCIONALIDADE DA DURAÇÃO DE TAL MEDIDA, ALÉM DAS DE NULIDADE POR AUSÊNCIA DE PRÉVIA OUVIDA JUDICIAL DO APENADO E INADEQUAÇÃO DA ALUDIDA PROVIDÊNCIA AO CASO CONCRETO. PLEITO DE REFORMA DO ACÓRDÃO

GUERREADO PARA QUE SEJA O PACIENTE EXCLUÍDO DO REGIME DIFERENCIADO. PEDIDO SUBSIDIÁRIO DE SUA APLICAÇÃO PELO PRAZO MÁXIMO DE 30 DIAS, COM ACOMPANHAMENTO MÉDICO E PSICOLÓGICO DIÁRIO PARA O SENTENCIADO. DESCABIMENTO. O RDD SE ENCONTRA PREVISTO NO ART. 52 DA LEP E, TAL COMO ALI DETERMINADO, NÃO OFENDE OS DIREITOS E GARANTIAS INDIVIDUAIS, CONFIGURANDO, TÃO SOMENTE, TRATAMENTO MAIS SEVERO EM SITUAÇÕES EXTREMAS. EXTEMPORANEIDADE ENTRE A FALTA GRAVE E O PEDIDO DE INCLUSÃO DO ACUSADO NO REFERIDO REGIME NÃO CARACTERIZADA. PRAZO RAZOÁVEL. REQUISITOS DO ART. 52 DA LEP DEVIDAMENTE PREENCHIDOS E QUE JUSTIFICAM A SUJEIÇÃO DO PACIENTE AO RDD PELO PRAZO MÁXIMO. INOCORRÊNCIA DE QUALQUER DAS NULIDADES ARGUIDAS PELA DEFESA. INFRAÇÃO DISCIPLINAR DEVIDAMENTE PRECEDIDA DE PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO, EM QUE FOI GARANTIDO O EXERCÍCIO DO CONTRADITÓRIO E DA AMPLA DEFESA. ACUSADO PREVIAMENTE OUVIDO EM SEDE ADMINISTRATIVA. PRESCINDIBILIDADE DE OITIVA JUDICIAL. PARECER PELO CONHECIMENTO DO MANDAMUS E PELA DENEGACÃO DA ORDEM POSTULADA."

É o relatório.

Decido.

O presente **habeas corpus** encontra-se **prejudicado**.

De acordo com as informações prestadas pelo e. Juízo da 5ª Vara de Execuções Criminais da Comarca de São Paulo/SP, à fl. 516, o d. Magistrado informou "*o integral cumprimento do prazo de inclusão em regime disciplinar diferenciado em 13 de maio de 2019, data em que o paciente foi desinternado e removido para a Penitenciária de Segurança Máxima 2 de Presidente Venceslau, para o cumprimento da pena restante*".

Ante o exposto, **julgo prejudicado** o presente **habeas corpus**, em razão da perda superveniente de seu objeto.

P. I.

Brasília, 11 de junho de 2019.

Ministro Felix Fischer

Ministro

